ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

		ATA
EXPEDIENTE	/2011	
ACEITO EM 23/11	/2011	8755
APROVADO EM 23/11	/2011	8755
REJEITADO EM /	/2011	
ARQUIVO		

REQUERIMENTO Nº 426/2011
PROTOCOLADO SOB Nº 2303/2011
EM 22/11/2011

Urgência

09

O Vereador abaixo assinado requer após ouvida a Casa na forma regimental, **reiterando Requerimento nº 28/2010, Protocolado sob nº136/2010 em 09/02/2010 e aprovado em Sessão Ordinária do dia 01/03/2010, a realização de Audiência Pública com objetivo de discutir a questão do lixo no Município do Rio Grande.**

Rio Grande, 22 de novembro de 2011

José Claudino Alves Saraiva
(Charles Saraiva)
Vereador do PMDB

Justificativa: O assunto em questão é de grande importância para o Município do Rio Grande, sendo necessário discutir de forma técnica o recolhimento dos resíduos da comunidade rio-grandina, desde a coleta até o destino final, levando em conta questões de natureza econômica e ambientais.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

			ATA
EXPEDIENTE	23/11	/2011	8755
ACEITO EM	23/11	/2011	8755
APROVADO EM	/	/2011	
REJEITADO EM	/	/2011	
ARQUIVO			

REQUERIMENTO Nº 426/2011
PROTOCOLADO SOB Nº 2303/2011
EM 22/11/2011

Urgência

09

O Vereador abaixo assinado requer após ouvida a Casa na forma regimental, **reiterando Requerimento nº 28/2010, Protocolado sob nº136/2010 em 09/02/2010 e aprovado em Sessão Ordinária do dia 01/03/2010, a realização de Audiência Pública com objetivo de discutir a questão do lixo no Município do Rio Grande.**

Rio Grande, 22 de novembro de 2011

José Claudino Alves Saraiva
(Charles Saraiva)
Vereador do PMDB

Justificativa: O assunto em questão é de grande importância para o Município do Rio Grande, sendo necessário discutir de forma técnica o recolhimento dos resíduos da comunidade rio-grandina, desde a coleta até o destino final, levando em conta questões de natureza econômica e ambientais.

AUTORIZO
Em 12/02/2010
Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

REQUERIMENTO Nº 08 /2010

			ATA
EXPEDIENTE	/	/2010	
ACEITO EM	10/02	/2010	9H45
APROVADO EM	01/03	/2010	9H-C
REJEITADO EM	/	/2010	
ARQUIVO			

PROTOCOLADO SOB Nº 136 /2010

EM 09/02/2010

09

Requer Urgência

O Vereador signatário requer a V. Exa. após ouvida a Casa, seja marcada uma audiência pública para discutir a questão do lixo no município do Rio Grande.

JUSTIFICATIVA:

Este assunto é de vital importância para o município do Rio Grande. Precisamos discutir tecnicamente o recolhimento dos resíduos do município, desde a coleta até o destino final, levando em conta questões de natureza econômica e ambientais.

Sala das Sessões em 9 de fevereiro de 2010.

Delamar Corrêa Mirapalheta
Líder da Bancada do PDT

VISTO

Presidente

Actuale, em parceria com a Doutores do Meio Ambiente (DDMA), vai desenvolver estudos técnicos para a implementação de uma Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos, com geração de energia, através de uma PPP

A Actuale fechou no final do ano passado um contrato com a LIMPEC – Limpeza Pública de Camaçari, para o desenvolvimento de estudos técnicos visando a implantação de uma Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos, com geração de energia, através de uma PPP (Parceria Público Privada), no município baiano.

A usina deverá atender, também, o pólo de Camaçari, além das cidades de Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Candeias, Madre de Deus e Mata de São João, além de mais 150 empresas instaladas na região. O projeto tem como principal objetivo reduzir o impacto do lixo no meio ambiente e contempla a gestão dos resíduos com reciclagem dos materiais.

"Cada vez mais os municípios brasileiros têm percebido a importância de uma destinação adequada para o lixo produzido. Entre essas opções, a Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos é, certamente, a mais inteligente, já que, além de prevenir o meio ambiente da poluição, ainda gera energia limpa", afirma Igor Furniel, diretor executivo da Actuale.

Este já é o quarto contrato assinado pela Actuale, em parceria com a DDMA, para a implantação deste tipo de usina no Brasil, sendo o primeiro fora do estado de São Paulo. Além destes, a empresa tem sido consultada por muitos outros municípios interessados no desenvolvimento da usina.

No mundo, hoje, são tratadas anualmente cerca de 130 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos através de tratamento térmico, gerando vapor e/ou eletricidade em mais de 700 instalações de reciclagem energética em diversos países. Além da recuperação energética, nessas unidades é promovida a reutilização de metais.

Desde 1995, a capacidade mundial para a reciclagem energética aumentou mais de 20 milhões de toneladas, incluindo países com legislações ambientais restritivas, como Dinamarca, França, Alemanha, Holanda e Suécia.

Vale ressaltar que na Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo, instituída pela Lei Estadual n°. 12.300/2006, a minimização dos resíduos por meio de incentivos às práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem, redução e recuperação é um dos princípios que norteiam a referida Lei. E, o projeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos considera como rejeitos "resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos acessíveis e disponíveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada".

Reciclagem Energética do Lixo
- 1 kg de lixo gera energia para:
- Secador de cabelos por 24 minutos
- Máquina de lavar por 20 minutos
- Geladeira por 2 horas e 52 minutos
- TV por 5 horas e 45 minutos
- Forno elétrico por cerca de 22 minutos
- Ferro elétrico por 43 minutos
- Computador por 5 horas

Parceria Público-Privada no Brasil

O [illegible] do Brasil nos primeiros anos depois da virada do milênio mostrava um Estado reduzido, sem verbas para o [illegible] em grandes projetos de infra-estrutura. Neste período de insegurança e verbas extremamente rasas é que a lei das Parcerias Público-Privadas começou a ser pensada.

Segundo a Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib), o Brasil precisava injetar, em 2005, US$ 20 bilhões anuais para resolver os problemas de infra-estrutura. Na época, a expectativa de investimento público e privado nesta área representava pouco mais da metade deste valor, US$10,1 bilhões.

Ate a [illegible] das PPPs, a forma mais acessível de conseguir a verba necessária para concretizar os [illegible] O Estado conseguia o dinheiro para as obras, mas acabava [illegible] de recursos. A lei nº. 11079/2004, a lei das PPPs, foi criada com a [illegible] do setor privado para concretizar projetos públicos.

Por meio das PPPs, o Estado se torna [illegible] de uma empresa ou um grupo de empresas privadas para a execução de obras que Estado sozinho não teria condições de arcar com os custos. O empreendimento pronto pertence ao Estado, mas a empresa que construiu tem o direito de explorá-lo durante o tempo de concessão (5 a 35 anos). Ao final do período, tudo o que foi construído fica nas mãos do Estado.

Regulamentação
A história das PPPs no Brasil começou muito antes da lei das PPPs. Ainda no Brasil Império, D. Pedro II formalizou acordos com empresas estrangeiras para a construção da maior parte das ferrovias do país no século XIX.

A legislação em vigor desde dezembro de 2004 estabeleceu limites legais para estes acordos entre governos e empresas. Seguem estas regras projetos como trechos da BR-116 em Minas Gerais e Bahia, a Ferrovia Norte-Sul, o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, o Ferroanel de São Paulo e o trecho ferroviário entre as cidades Guarapuava e Ipiranga no Paraná.

Alguns Estados também estabeleceram regras para PPPs, como Minas Gerais (lei nº 14868/2003), São Paulo (lei nº 11688/2004), Santa Catarina (lei nº 12930/2004), Bahia (lei nº 9290/2004), Ceará (lei nº 13.557/2004), dentre outros. Tais leis regem as regras de concessões para a construção de equipamentos públicos entre empresas privadas e os governos estaduais, como, por exemplo, a Linha 4 do metrô de São Paulo e o Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, em Salvador.

São Paulo

por Diogo Silva

No dia 6 de junho, a prefeitura de São Bernardo, cidade da Grande São Paulo, lançou um edital de licitação para a instalação de uma usina termelétrica movida a lixo. A estimativa de geração de energia é de 26 a 30 MW/h, o suficiente para abastecer uma cidade de 200 mil habitantes. A usina deve estar em funcionamento até 2015.

A [illegible]eia da construção de uma usina para a geração de energia a partir do lixo surgiu no período entre 2009 e 2010, quando o município, em atendimento à Lei Federal do Saneamento Básico, elaborou o Plano Municipal de Saneamento. "O Plano Municipal apontou a necessidade de reestruturação do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com a implantação de programas de minimização como a coleta seletiva, de gestão de resíduos de construção civil e um novo sistema de valorização dos resíduos", diz Tarcísio Secoli, secretário da Coordenação Governamental da cidade de São Bernardo. A proposta também foi debatida com a população por meio da 1ª Conferência Municipal de Saneamento.

A área do antigo Lixão do Alvarenga será recuperada e servirá de base para a instalação da nova usina. O seu funcionamento se dará pela queima do lixo em fornos, que gera pressão e move turbinas. Esse movimento, então, é transformado em energia elétrica. A instalação de filtros permite que os gases poluentes sejam retidos e apenas vapor seja emitido para a atmosfera. "A intenção é que se tenha a diminuição da dependência dos aterros e dos impactos ambientais dessa atividade", observa Secoli.

Para a gerente do núcleo de Energia Térmica e Fontes Alternativas da consultoria Andrade & Canellas, Monica Rodrigues de Souza, a instalação desse tipo de usina é um ponto positivo para meio ambiente. "O principal benefício trazido pela implantação de usinas desse tipo é a redução das áreas ocupadas por aterros e riscos ambientais associados, como a contaminação de lençóis freáticos por chorume, por exemplo", diz Monica.

Projeto Piloto - A queima de resíduos para a geração de energia vem sendo estudada em uma usina piloto d[illegible]envolvida por pesquisadores do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo o pesquisador da COPPE/UFRJ Luciano Basto, esse trabalho iniciou após um grupo empresarial procurar a COPPE em 2001 para realizar testes de uma tecnologia de tratamento térmico de resíduos que emitisse gases dentro do padrão da legislação. "Com a elevada temperatura obtida, a significativa oferta de lixo e o racionamento [energético] que vivíamos, houve consenso sobre a oportunidade de converter o projeto em uma usina termelétrica movida à lixo", explica Basto.

Até o momento, a unidade foi utilizada para comprovar a tecnologia de tratamento de gases, de neutralização da água e de incineração, além de testar os parâmetros para resíduos industriais. "O grupo empresarial que procurou a COPPE/UFRJ manifestou o compromisso de integrar um grupo de trabalho para viabilizar o atendimento de, ao menos, uma parte da eletricidade consumida pela UFRJ", diz o pesquisador da COPPE/UFRJ.

Incentivos – "Apesar dos custos elevados do processo, há espaço para produção de energia a partir do lixo no Brasil, principalmente em áreas onde não é possível implantar outras soluções, como em locais com restrições para a implantação de aterros", observa a gerente da Andrade & Canellas. "Para incentivar o desenvolvimento de projetos desse tipo é preciso uma combinação de volume elevado de lixo, isenções fiscais e compra de energia a preços maiores", completa. Opinião compartilhada por Guilherme Mattos, gerente comercial da Guascor Power no Brasil, empresa de equipamentos e soluções energéticas. "Os principais obstáculos nessa área são a falta de linhas de financiamentos por bancos de fomento para projetos desta natureza e a grande carga tributária que incide sobre os equipamentos utilizados nas usinas", diz Mattos.

Para o pesquisador Luciano Basto, a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, na qual fica estabelecido que não pode haver lixões a partir de 2014 e o uso da identificação do potencial brasileiro de instalação de 500 usinas como moeda de barganha para reduzir custos das tecnologias e exigir a instalação de fábricas de seus componentes no país são alguns dos fatores que devem incentivar a implantação desse tipo de usina no país. "Devem ser estimuladas todas as alternativas tecnológicas que consigam converter o lixo em algo útil e que sejam viáveis perante as condições nacionais", diz Basto.

Pelo Mundo – De acordo com dados da Confederação Européia das Usinas de Energia a partir do Lixo (CEWEP), o país que mais possui usinas desse tipo é a França, com 129 unidades, seguida pela Alemanha (69), Itália (41), Suécia (30), Suíça e Dinamarca (29). A China e o Japão também vêm investindo nessa tecnologia e possuem, respectivamente, 50 e 10 usinas em seus territórios. Uma matéria publicada pelo jornal The New York Times indica que os Estados Unidos possuem 87 usinas de geração de energia a partir do lixo e chama a atenção para o fato de que os países que mais investem nessa tecnologia também possuem as mais altas taxas de reciclagem, o que indica que a queima de lixo para a produção de energia